

Monção situa-se entre dois fenómenos geográficos distintos, o extenso e fértil vale do rio Minho e as escarpadas montanhas, sendo no sentido transversal, cortado por uma série de rios, ribeiros, riachos, que fertilizam a sua terra e permitem a ocupação a meia encosta. Ora, se os vales são propícios para a prática de agricultura também os terrenos de alta montanha são os ideais para a prática da pastorícia, não sendo então raros os vestígios de ocupação um pouco por todo o lado.

O rio Minho desde sempre constituiu um elemento atractivo para a fixação de populações nas suas margens, podendo-se encontrar, junto destas, vários achados arqueológicos, que testemunham um passado recheado de vestígios da passagem de diferentes povos, por estas terras; sendo já vários os achados pré-históricos, alguns deles datados do Paleolítico, encontrados nos terraços fluviais deste rio. Assim como também já foram encontrados objectos líticos nos terraços fluviais do rio Mouro, entre as freguesias de Tangil e Podame.

Mas, se períodos houve em que se preferiram as zonas de vale, mais férteis, junto aos rios, noutros, porém, o medo de razias e invasões levou as populações a procurarem lugares elevados, com maior visibilidade e possibilidade de defesa, lugares não tão férteis mas com certeza mais seguros.

Por volta de 8 000/ 3 000 a C. que encontramos vestígios arqueológicos como as mamoadas na Serra das Antas, ou as gravuras de Cambeses e de Chã da Sobreira (Podame). Deste período desconhecem-se assentamentos/ povoados, mas sem dúvida a presença humana deste período faz-se marcar um pouco por todo o concelho, sempre em chãs ou cotos de meia altitude e em locais de boa visibilidade, propícios à transumância e perto de fontes de alimento e subsistência. Muitos desses locais vieram a ser continuamente reocupados dado o seu valor geoestratégico, como é o caso de alguns dos povoados proto-históricos.

Por volta de 500/ 100 antes de Cristo nota-se por todo o Noroeste Peninsular um crescimento demográfico, razão pela qual se assiste igualmente à multiplicação de povoados castrejos – caracterizados pelas suas obras de fortificação, pela estrutura social clânica e pela economia baseada na pastorícia e agricultura. A distribuição destes povoados/ castros é relativamente homogénea pelo concelho monçanense e reflecte a densidade demográfica atrás referida, estando inventariados até ao momento cerca de duas dezenas de povoados dos quais três foram intervencionados nos anos 1980 e um, o de S. Caetano, está actualmente dotado de um Centro Interpretativo da Cultura Castreja presente no concelho (que irá abrir ao público em breve).

Já na viragem do século com a chegada dos romanos à Península Ibérica, estes introduzem novos hábitos, e instalam-se nas zonas mais baixas junto às margens do rio Minho, próximo da vila. À volta da vila de Monção cadastraram-se alguns vestígios importantes que provam a existência de um povoado romano usufrutuário destas condições proporcionadas pela região. São eles a ara de Reiriz, a estatueta de Togado encontrada nas margens do Minho, junto a este local, Mas também a Necrópole de Cortes ou a Ponte da Rebouça em Troporiz, além de muitas outras notícias sobre a existência de vestígios aquando da realização de obras, sobretudo nos anos 1970 e 1980, a par de vários topónimos e microtopónimos.

A riqueza desta região em metais indispensáveis para armamento, utensilagem e joalharia, atraiu a cobiça dos povos nórdicos, a cujas invasões o império romano, então decadente, acabou por ceder. Assim, por volta do primeiro quartel do século V da nossa Era, a Península Ibérica invadida por visigodos e suevos, cabendo a estes últimos o domínio da parte exterior do Noroeste Peninsular, precisamente na área correspondente ao Entre-Lima-e-Minho.

A passagem do domínio romano para as monarquias visigodas, bem como a instalação destas últimas em território monçanense, é um campo muito lacunar tanto a nível documental quanto arqueológico. Recorrendo-se à toponímica regional, pode-se verificar a existência de uma série de macrotopónimos e microtopónimos que nos sugerem, pelo menos a sua influência nestes locais, que nomearam com a linguística que os acompanhou.

Esta instabilidade forçou, então, as populações a procurarem pontos estratégicos no terreno, em torno dos quais se agrupam e organizam em defesa de um inimigo que periodicamente assombra as suas

terras. Estes pontos de refúgio e controlo, vedados através de estruturas pétreas ou paliçadas, são os castelos roqueiros, implantados em maciços graníticos de grandes dimensões, de difícil acesso e de excelente visibilidade. Assim, se compreende a existência do castelo de Penha da Rainha e outros castros como o Monte Crasto, entre Cambeses e Longos Vales, tenham vestígios de cerâmica medieval.

No século IX com o florescer do Bispado de Tui e a reconquista efectiva da região do Alto Minho, toda a região rejuvenesce, verificando-se um apoio das famílias condaís às instituições monásticas sediadas na região, de que temos exemplos documentados sobre o Mosteiro de Longos vales desde o reinado de D. Afonso Henriques e sobre o Mosteiro de Merufe já em pleno século XII e XIII.

A concorrência dos conflitos vividos na fronteira com a Galiza confirmou a importância estratégica do Entre-Lima-e-Minho, resultante da sua dupla condição de zona de confronto militar entre poderes políticos concorrentes e de uma área de apoio a qualquer acção de expansionismo territorial em direcção a Norte. Vendo-se surgir/ ressurgir política e economicamente alguns núcleos amuralhados como o de Monção ou Lapela, que se afirmam como de supra-importância regional pelo controlo de navegação e travessia do rio Minho.

Na Idade Média, na região do Alto Minho, assistimos, também, ao desenvolvimento de uma economia de base agro-pastoril em que as práticas transumantes – regionalmente chamadas de brandas ou inverneiras – se assumem como elemento ordenador dos quotidianos das populações envolvidas, sendo vários os exemplos deste tipo de aglomerados de altitudes superiores a 500m. A Branda de Santo António de Vale de Poldros, na freguesia de Riba de Mouro, poderá ter-se formado neste período, à semelhança de outras que se desenvolveram ao longo e foram sendo ocupadas ao longo destes vastos séculos e das quais nos chegam belos exemplos da arquitectura vernacular alto-minhota.

Os caminhos antigos do concelho são tradicionalmente, dada a sua antiguidade, tidos como caminhos romanos. Com um objectivo comum, de aproximar gentes, divulgar ideias e melhorar as relações comerciais entre vários lugares, os caminhos sofreram alterações e serviram diferentes objectivos de acordo com as épocas. Se durante a Idade Média e a Idade Moderna, os caminhos são predominantemente de Peregrinação, ligando comunidades com interesse local ou económico, as estradas romanas são feitas para o transporte oficial, de militares, administrativos e postais, ou seja, são estratégicas e só ligam grandes centros administrativos. Entre os vestígios arqueológicos mais definidores estão os cemitérios romanos e luso-romanos e sem dúvida as pontes e os marcos miliários.

O estudo das pontes é igualmente, proveitoso para se estabelecer o traçado de redes viárias. Os romanos usavam vaus para atravessar os rios e só em pleno império com auxílio dos povos autóctones edificaram pontes. Na região de Monção só se conhece uma ponte com arco de pedra almofadada, provavelmente de origem romana, sobre o rio Gadanha, na freguesia de Troporiz, lugar de Rebouça. Pela posição da Ponte e do rio que ela galga, a via que ela servia deveria vir da zona de Coura, sendo uma derivação para o interior do eixo principal *Bracara - Tudem*.

Um dos traços mais impressionantes da civilização do Norte de Portugal é certamente a mestria na construção de granito¹, tão bem reflectida nas habitações, monumentos, pontes, etc. Os muitos rios, regatos e ribeiros que serpenteiam e regam esta província de Entre-Douro-e-Minho cedo obrigaram os povos a uma notável actividade construtora de pontes, pontelhas e poldras. O concelho de Monção, graças às inúmeras linhas de água que o atravessam, vários são os exemplares desta mestria construtiva, basta fazer um passeio pelo concelho para observarmos pontes seculares e de excelente construção, umas célebres como a de Ponte do Mouro, onde Mestre de Avis assina o Tratado de Windsor com os ingleses, a Ponte medieval de Pinheiros, junto da Igreja, a Ponte Pedrinha na Portela, ou mesmo a Ponte da Veiga, do século XVII, em Riba de Mouro.

Os caminhos empedrados existentes no concelho ainda estão presentes aqui e acolá, um pouco por todo o concelho, não sendo romanos como muitos afirmam, são certamente antigos perdendo-se na memória o seu uso. Outras vezes, quando já não encontramos as lajes gastas pelo tempo, encontramos

¹ RIBEIRO (1961): Ribeiro, Orlando, *Geografia e civilização*. Lisboa, 1961, pp. 25 e 26

lugares e sítios cuja toponímia nos indica a sua anterior existência. Um dos caminhos empedrados que, segundo a tradição, é bastante antigo é um caminho em Merufe, junto à aldeia de Paço do Monte, que o povo diz ser um antigo caminho usado pelos peregrinos que vinham dos Arcos de Valdevez em direcção a Santiago de Compostela. Este caminho provavelmente seguiria para Norte atravessando a freguesia de Barbeita em direcção ao rio Minho, para aí passar as suas margens e continuar a Peregrinação, desta feita, já em terras da Galiza. Ora, prova de tal teoria é a existência de uma série de capelas dedicadas a Santiago, como é o oratório/ capela-aberta dedicada a S. Tiago junto à igreja paroquial, ou mesmo a imagem de Santiago no oratório de Santo Cristo, no lugar de Ponte do Mouro.

Mas sem dúvida que grande parte do património construído monçanense data dos períodos de grande desenvolvimento económico da região, primeiro na Idade Média com a afirmação de fronteiras em que se consolidam núcleos e se implantam vários mosteiros e senhorios. Daqui destacaremos a vila de Monção cuja formação terá ocorrido no período medieval.

Não sabemos ao certo quando surgiu a povoação medieval da vila de Monção. A crescente importância geoestratégica do rio Minho como fronteira começou a pesar na influência das povoações e o pequeno aglomerado que se havia instalado no cabeço de Monção beneficiou directamente deste processo. Ferreira de Almeida indica-nos que a fortificação elementar deste aglomerado havia sido iniciado no reinado de D. Sancho I, tendo-lhe sido mais tarde atribuído o nome de Monção. A primeira referência que conhecemos deste nome² é das Inquirições de 1258, mandadas fazer por D. Afonso III (P.M.H.; Inq. 369): *dixerunt que da vila de Monzon cum seu Couto*. Em 1261, D. Afonso III dá carta de foral às gentes que viviam no couto de Mazedo, dando-lhes o nome de Monzon: *facio quandam populationem in Cauto de Maazedo et impono ei de novo nomem Monzon* (A.N.T.T; fl. 13v. E 14). No entanto alguns autores consideram a existência de um foral anterior a 1258, a julgar pelas referências nas Inquirições e as próprias características do núcleo. Segundo Brochado de Almeida, a independência económica do núcleo da vila de Monção valeu-lhe a Carta de Foral de 1261 e, mais tarde, entre 1305-1308, a remodelação das suas muralhas, obra ordenada por D. Dinis.

Ferreira de Almeida considera que o traçado da cerca primitiva se enquadra no urbanismo do centro histórico da vila, dada a sua planta circular e os arruamentos que cortam longitudinalmente esse núcleo. Este autor atribui ainda a remodelação desta estrutura defensiva aos anos posteriores às guerras com Castela, devido à necessidade de se reestruturar a capacidade defensiva da mesma, altura em que procede à edificação das bragas e das suas três portas, a barbacãs e a couraça. A torre de menagem estaria adossada pelo exterior da cerca, a Sul da porta ocidental, protegendo-a. A planta de Duarte Darmas define, em seguida, uma barbacã que cinta toda a cerca primitiva. A expansão da construção urbana da vila teria tornado a primeira linha de muralha obsoleta e houve então a necessidade de se proceder à ampliação da estrutura defensiva com a barbacã. Esta possuía um cubelo, três portas e uma couraça (esta segunda linha de muralha é agora visível graças a obras recentes de limpeza no talude extra-muros, entre o rio Minho e a Alameda Humberto Delgado). O cubelo, achava-se próximo de uma das portas, nomeadamente aquela que estava voltada para Sul, a porta do Postigo. Outra das portas era aquela que estaria voltada para a actual Praça de Deu-la-Deu e que no desenho de Duarte Darmas surge representada a Sul da torre de menagem. Também possuía troneiras. A terceira porta era aquela que estava voltada a Nordeste, através da qual se fazia a ligação com o porto fluvial sito no local conhecido actualmente como Poço da Couraça. Esta estrutura foi edificada para proteger o dito porto de ataques vindos do próprio rio Minho. Fica aqui de algum modo atestada a importância comercial dos vinhos da vila no mundo medieval e da sua ligação com a via de escoamento que o rio constituía.

² O topónimo de Monção suscita muita polémica. Ferreira de Almeida acredita que é um geotopónimo por oposição a montezinho ou outeiro: monte forte, monte grande ou monção (ALMEIDA, 1987, 169). Pinho Leal considerava o nome de Monção como proveniente da freguesia vizinha de Cortes, onde existe um terreno denominado de Monte Santo, ou Campo Santo, cuja leitura latina seria Mons Sanctus, daí Monção (MARQUES, 1984b, 7-8).

O traçado da cerca medieval de Monção é muito incerto e as evidências que possuímos sobre esta estrutura são muito reduzidas. Tal facto deve-se à inexistência de panos da cerca visíveis em toda a vila, à excepção da frente Norte voltada ao rio. Sabemos, contudo, que a pedra da cerca foi reutilizada na construção da fortaleza abaluartada, iniciada em fins do século XVII. Disso fez-nos prova o desenho riscado por Vilalobos nos inícios do século XVIII apresenta a referência à demolição da cerca medieval: *Circuito da villa altigua cuia mulha (sic) se demoliu* (B.N.; 1713; D 238 v.).

O núcleo medieval de Monção conserva, actualmente, muitas das características de outrora. Para além de algumas casas do século XV e XVI ainda apresentarem elementos arquitectónicos inalterados, há ainda a registar o conhecimento que possuímos de nomes significativos como as escadas do Postigo, Rua Direita e Rua do Castelo, do pelourinho desmantelado em meados do século XIX, cujos esteios foram incluídos na construção do edifício das Caldas, os restos das arcadas góticas do Convento dos Nérís, datados do século XVI, a Capela de Nossa Senhora do Loreto, demolida em inícios do século XX, para além de uma inscrição medieval, datada do século XV, na Rua da Glória, ou de recentes vestígios de fundação da muralha nas obras de requalificação urbana do núcleo medieval da vila de Monção.

O elemento arquitectónico que mais se distingue no núcleo medieval é, sem margem de dúvidas, a Igreja Matriz. As obras de construção terão sido ordenadas por D. Dinis nos princípios do século XIV, mas dessa época só restará o portal e elementos arquitectónicos na capela-mor. Para além das transformações sofridas ao longo dos tempos, acabou por ser aumentada com a construção das capelas laterais. Uma é a capela de S. Sebastião, mandada construir por D. Vasco Marinho, na qual está sepultado, datada do século XVI e arquitectonicamente pertencente ao estilo manuelino. A outra é conhecida localmente como a capela do Cruzeiro da Vila, onde jaz Deu-la-Deu Martins³, datado século XVII.

Deste período de crescente importância pelas zonas raianas, vemos florescer, a par da vila de Monção, o lugar de Lapela onde foi edificado um castelo, de protecção da passagem do rio Minho nesse lugar, ou o lugar de Valadares, que até ao século XIX era concelho. Ou mesmo alguns lugares como Lapa, em Pias, ou a própria Igreja Paroquial de Ceivães demonstram a importância da raia minhota e de alguns lugares e freguesias no ordenamento urbano e assentamento populacional desta região, assim como o poder religioso e senhorial, visível se analisarmos a quantidade de conjuntos monásticos e coutos distribuídos por todo o território hoje monçanense.

Nos séculos XVI e XVII, a pressão demográfica e a fixação de população dos arredores no centro da vila, condicionaram a expansão urbana do centro da vila, como se pode constatar através do *Numeramento* de 1527-31. Durante o período da ocupação filipina poucos são os dados relativos a Monção, contudo durante a guerra peninsular ter-se-ão verificado algumas perdas quer populacionais quer patrimoniais.

Finda a ocupação castelhana em de 13 de Fevereiro de 1668, empeçou-se a obra de reorganização da praça. Face a uma devastação para nós difícil de calcular a edilidade tratou de tentar sanar os problemas com o património construído agora em ruínas, promovendo tabelamentos para execução de fundos, promovendo a reconstrução e a procura de materiais de construção. Não conhecemos a data do início das obras de fortificação da vila de Monção. Sabemos, contudo, através do cruzamento de uma série de informações, que essas obras tiveram início entre 1654 e 1685. A Porta de Salvaterra teria sido iniciada poder volta de 1654, pois existe uma inscrição de época na base do interior da mesma porta, à direita de quem entra. É de considerar que os trabalhos de construção da fortaleza de Monção se tivessem iniciado em meados da década de 50 de seiscentos, interrompidos devido à guerra, cerco e ocupação, e reiniciada após a retomada da vila, isto é, a partir de Março de 1668. Como foi Lescole que riscou a

³ Deu-la-Deu Martins é um afigura lendária da história local, à qual está atribuído o feito de ter ludibriado os castelhanos numa altura em que estes impunham um cerco à vila, durante as guerras fernandinas. Para tal ter-lhes-ia lançado pães feitos com a farinha (pouca) que restava em Monção, gritando-lhes a frase “Deus lo deu, Deus lo há dado”. Figura na heráldica da vila.

planta e orientou os inícios da construção, apesar de ter desaparecido em 1685, a balizagem cronológica do início dos trabalhos efectivos da construção de tal obra é entre 1668 e 1685.

Dos aspectos relativos à construção da fortaleza abaluartada temos poucos elementos. Conhecemos, contudo, uma planta do engenheiro que sucedeu a Lescole na orientação dos trabalhos de fortificação de Monção, Manuel Pinto de Vilalobos, planta essa datada de 1713 (BN, 1713, D 238). Este engenheiro riscou a planta que está acompanhada de uma legenda, a qual confrontada com o perímetro actualmente conhecido da fortaleza de Monção, teria sido enunciada perto da sua conclusão. Esta fortaleza apresentava 5 portas: voltada a Sul, entre os baluartes de Sto. António e de S. Pedro situavam-se as Portas do Sol, que ligava a vila a Arcos de Valdevez; para Nascente estava aberta a Porta de S. Bento, entre os baluartes de S. Bento e N.^a Sr.^a da Conceição; a Nordeste, encostado ao baluarte de S. Bento, entre este e o de S. Filipe, achava-se o Postigo das Caldas; a Nordeste, por baixo do baluarte de S. José, encontravam-se as Portas de Salvaterra; e voltada para Poente, entre os baluartes de S. João e da N.^a Sr.^a da Guia, encontrava-se a Porta do Rosal.

Alguns elementos arquitectónicos desta praça foram pensados para fazerem face a questões estratégicas. Os baluartes de Sto. António e de S. Pedro possuíam flancos baixos voltados, respectivamente, para Poente e para Nascente, com vista a uma melhor protecção da entrada das Portas do Sol. Este fenómeno também se verifica entre os baluartes de S. Bento (flanco baixo para Poente) e de S. Filipe (flanco baixo para Nascente), aqui com a intenção de se guardar o acesso ao Postigo das Caldas. O baluarte de N.^a Sr.^a da Vista foi construído para aumentar o poder e ângulo de fogo sobre o tráfego fluvial, protegendo, ao mesmo tempo, a pequena ermida com o mesmo nome que se achava no seu interior. Ainda dentro das particularidades desta fortaleza, destaca-se a construção do baluarte de S. Luís (ou de Salvaterra) para proteger as Portas de Salvaterra, assim como, a construção do cavaleiro no baluarte de N.^a Sr.^a da Guia, com vista a receber artilharia para melhor se atingir a praça espanhola.

Nas várias plantas da Fortaleza de Monção desde o século XVIII até pleno XIX, podemos constatar uma crescente consolidação do núcleo intra-muros, extinção de alguns mosteiros (como o Convento de S. Francisco ou a Capela da Sr.^a da Vista) até então fora de portas e a representação de outros, como é o caso do Convento dos Capuchos ou o dos Padres Néris.

Com algumas pequenas variantes próprias da história local, a história de Monção dos princípios do século XIX é comum à história nacional. Das invasões francesas e da governação britânica, passando depois pela vitória do liberalismo até ao “Terror Miguelista” de finais dos anos 20 de Oitocentos, depois pela Guerra Civil, se bem que os palcos dos conflitos se tenham concentrado mais a Sul, os documentos a que tivemos acesso e as memórias chegadas até nós, não nos dão certezas dos impactos produzidos na vila e seu termo. Sabemos, contudo, que entre 1820 e 1848 a actividade municipal monçanense parecia estar alheada da instabilidade política vivida por todo o país, apesar de alguns contragolpes e mudanças bruscas nas vereações. São deste período a consolidação de actividades económicas essenciais à região, os lançamentos da construção do chafariz, de obras importantes de reparação dos Paços do Concelho, o desmantelamento do Pelourinho e o início do projecto de construção do cemitério municipal ou mesmo da construção e procura das Termas de Monção.

Como podemos constatar pela análise da evolução da vila no período consecutivo às Guerras da Restauração esta região ressurgiu economicamente no período da época Moderna, sendo deste período grande parte das casas senhoriais e solares que se conhecem. Mas, também é deste período, que começa por volta de meados do século XVII, que vemos serem reestruturadas muitas das igrejas e conjuntos monásticos de Monção, bastando percorrer algumas freguesias para disto termos uma ideia mais precisa deste facto.

Em termos urbanos este crescimento expressa-se também a nível demográfico e urbano, definindo e consolidando-se muitos dos lugares que ainda hoje existem, por exemplo, terá sido o caso do lugar de Ponte do Mouro após a construção da Capela de S. Félix, pois antes seria apenas local de passagem e travessia do rio Mouro.

Na segunda metade do século XIX, beneficiando de algum optimismo económico e da campanha Fontista das obras públicas, bem como de uma estabilidade política, assistiu-se ao desenvolvimento da vila, aumentando a pressão demográfica e conseqüentemente a construção, verificando-se isto pela proliferação de edifícios tanto em materiais resistentes, como em madeira. As Caldas geraram tráfego para a vila e dinamizaram a recuperação económica quer do Concelho, quer da própria Câmara, que investiu na vila promovendo a pavimentação de ruas, construção do cemitério e abertura de vias de acesso ao espaço intra-muros, entre outras obras de infra-estruturas. Tal clima parece ter perdurado até inícios do século XX, o apogeu das Caldas e a fase de expansão da actividade contrabandista.

Seguiu-se a estagnação durante todo o século XX, exceptuando-se o seu início e o período pós 25 de Abril, isto é, o período coincidente com a 1ª República e o Estado Novo. Depois surgiu uma nova fase que se caracteriza pelas obras de reconstrução de edifícios intra-muros e alargamento da mancha construída fora das muralhas, quer para Sul, quer para Ocidente, surgindo os grandes blocos de apartamentos e as recentes obras de reconversão da rede viária e de infra-estrutura.